

Economia - Brasil

## Um pacote duro, mas necessário

O conjunto de medidas que o governo baixou ontem tem dois objetivos. Um deles é fiscal e visa a compensar a queda de receita prevista de R\$ 6,7 bilhões provocada pelo atraso na votação da prorrogação e aumento da CPMF (e sua transformação em imposto) e pela rejeição da medida provisória que aumentava a contribuição previdenciária dos funcionários públicos na ativa e criava a contribuição dos inativos. O segundo objetivo é demonstrar à comunidade financeira internacional que tem as condições – e está disposto a usá-las – de lançar mão de todos os recursos, por mais duros que sejam, para respeitar os acordos assinados com o Fundo Monetário Internacional.

O pacote é extremamente duro. Poder-se-ia dizer que, mais uma vez, o setor privado pagará pela incapacidade do governo de controlar seus gastos e de conseguir convencer o Congresso da necessidade de aprovação de algumas medidas, como as alterações na Previdência dos funcionários públicos, e da urgência em aprovar a prorrogação da CPMF e sua transformação em imposto – por pior que ele seja. O setor privado foi onerado em R\$ 5,4 bilhões, enquanto o governo se compromete a economizar R\$ 1,3 bilhão. Para quem se recorda do pacote das 51 medidas baixado em 1997 e do malogro que foram as providências que o governo não

tomou para economizar, é lícito duvidar de que esse bilhão seja poupado. As contas do Tesouro Nacional do mês de novembro mostram um aumento das despesas com pessoal e encargos – ver comentário no caderno *Economia & Negócios*. É lícito, pois, supor que persistem as condições que impediram a execução do “pacote 51” na parte que atingiu o governo e se alcancem os objetivos fiscais colimados.

O governo distingue quatro grandes categorias de novas receitas. Dos R\$ 6,7 bilhões necessários para o equilíbrio das contas, R\$ 1,4 bilhão virá da antecipação de receitas da privatização da Telebrás; R\$ 2,1 bilhões sairão de aumentos de tributos; R\$ 1,9 bilhão será originário do aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e R\$ 1,3 bilhão serão economias que o governo promete fazer.

O IOF, na prática, tomará agora o lugar da CPMF como fonte de recursos para o Tesouro, entre 24 de janeiro e o dia em que o Imposto sobre Movimentação Financeira (IMF) entrar em vigor. Embora bem menos abrangente do que a CPMF, o IOF incidirá sobre os empréstimos bancários, seja

às pessoas jurídicas, seja às pessoas físicas. Prova de que a situação cambial é relativamente tranqüila está no fato de que o capital estrangeiro passará a pagar 2,38% de IOF ao ingressar no País, contra 2%, até agora. A aquisição de dólares no mercado de câmbio comercial e turista estará sujeita ao aumento do IOF que em geral será de 0,38 ponto porcentual.

As pessoas jurídicas serão especialmente atingidas pela proibição de deduzir da base de cálculo para pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) os juros pagos pelas empresas, inclusive a título de remuneração do capital. O aumento de impostos daí resultante será permanente e começará a ser pago a partir de abril. Há outras medidas que atingem os fundos imobiliários, operações de swap e remessa de dinheiro para paraísos fiscais. O pacote estabelece também o aumento do IPI sobre veículos, nacionais ou importados.

O governo, ao lançar o pacote, espera conseguir o equilíbrio fiscal, condição que estabeleceu para reduzir as taxas de juros. Talvez para acalmar os empresários e garantir que está no caminho correto, ao mesmo tempo que aumentava os impostos,

anunciava a redução da Taxa de Juros de Longo Prazo, que já em janeiro cairá de 18,06% para 12,84% ao ano. Essa redução atinge basicamente os empréstimos do BNDES, o que possibilitará – se tudo correr como o governo garante que fará no que a ele diz respeito – uma retomada de investimentos.

As empresas e o sistema financeiro terão aumento de custos, que ainda não podem ser calculados

**O pacote demonstra a determinação do governo de cumprir o acordo com o FMI**

com exatidão – embora haja quem preveja que o sistema financeiro terá um aumento de 18% na sua carga tributária. Empresas e bancos buscarão transferir esses aumentos para os consumidores –

se o mercado permitir.

O presidente Fernando Henrique teve oportunidade de dizer que faria o ajuste fiscal, doesse a quem doesse. O setor privado está sentindo a dor há algum tempo. Sabe que, melhor que ninguém, enquanto o relho sobe, descansa o lombo. No governo, que cria ministérios e secretarias a mancheias, parece que a sensação é diversa.